

Medidas vão pesar nas viagens

SÍLVIA MUGNATTO E ROBERTO BASCHERA

BRASÍLIA E SÃO PAULO - O governo encarreou enormemente a vida dos brasileiros que estão viajando para o exterior. Já ao sair do país, o viajante terá que pagar US\$ 90 de taxa de embarque contra os US\$ 18 de hoje. Um aumento, portanto, de 500%. Na chegada ao país, o turista não poderá comprar mais do que US\$ 300 nos free shops - o limite atual de compras é de US\$ 500. Além disso, o turista terá que declarar por escrito que não comprou mais de US\$ 500 no exterior. Se mentir sobre esse fato e for flagrado pela fiscalização, será punido.

Hoje, o limite de compras nos free shops é de US\$ 500, mas, segundo técnicos da Receita, a média de compras é de US\$ 100. Para as compras no exterior, apesar do limite, muitos viajantes compram mais do que US\$ 500, dizem que não têm nada a declarar e rezam para não serem fiscalizados pela Receita.

Quando são fiscalizados e fica evidente que as compras superam o limite, há a cobrança de um imposto de 50% sobre o excesso. Agora, o governo vai exigir do viajante uma declaração por escrito de que está dentro do limite. Se os fiscais e constatarem excesso de bens, haverá uma punição, além do imposto de 50%.

As restrições às bagagens e aos free shops só serão detalhadas amanhã pelo secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. Hoje, as compras no free shop também têm limites quantitativos: 24 bebidas com no máximo 12 de cada tipo, 20 maços de cigarros e 25 unidades de charuto ou cigarrilha. A isenção de US\$ 500 é mensal e há um limite de US\$ 150 para entrada por terra.

De acordo com os técnicos da Receita Federal, há a intenção de aperfeiçoar a legislação para barrar a atividade dos "sacoleiros de Miami". Hoje, quando os fiscais desconfiam que os bens comprados no exterior vão ter destinação comercial, o viajante pode perder toda a mercadoria mesmo que esteja dentro do limite de compras. A tentativa agora é a de tornar menos subjetiva esta avaliação em relação a roupas e eletroeletrônicos. Hoje, estes objetos normalmente passam pela alfândega como "objetos de uso pessoal".

As empresas aéreas receberam com tranquilidade o pacote econômico do governo, segundo Ramiro Tojal, presidente do sindicato nacional do setor (Snea). Das 51 medidas anunciadas ontem, a que mais preocupa é o aumento dos combustíveis em cerca de 5%, reajuste que deverá atingir também o querosene de aviação. O aumento da taxa de embarque de US\$ 18 para US\$ 90, o controle do limite de gastos de US\$ 500 no exterior e o corte de US\$ 200 nas compras nos free shops foram recebidas com naturalidade pelo Snea. "Apoiamos as medidas porque o Brasil estava desperdiçando divisas", afirmou Ramiro Tojal.

Na opinião de Tojal, vice-presidente da Pantan Linhas Aéreas Regionais S/A, o usuário do transporte aéreo que viaja a negócios ou o verdadeiro turista em férias não se desloca pensando em compras. "O brasileiro que ia ao exterior fazer contrabando realmente vai ficar prejudicado. Era um exagero um limite de compras de US\$ 500 nos free shops para quem chegava do Chile, do Uruguai ou da Argentina", afirmou. Sobre o impacto do aumento dos combustíveis nas tarifas, o presidente do Snea disse que "a intenção é tentar absorver o reajuste sem aumentar o preço das passagens".

A posição do Snea é acompanhada pela United Airlines, empresa que mantém quatro vôos diários para os Estados Unidos partindo do Rio e de São Paulo e que transporta 250 mil passageiros/ano. "As viagens de executivos, o forte de nossa empresa, não serão afetadas", prevê Plínio Fernandes, diretor de vendas no Brasil da United. Fernandes também não vê prejuízos para a classe turística. "Não serão o free shop ou a taxa de embarque que vão desestimular o passageiro disposto a viajar. O Brasil precisava fazer um ajuste fiscal e o governo o fez", disse.

André Arruda



Na saída do free shop, Marcelo Periollo ficou perplexo com o novo pacote econômico